

FOTOGRAFIA E MEMÓRIA: PRÊMIO DIREITOS HUMANOS DE JORNALISMO (1984 – 2012) – MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS (MJDH)

Roberta Pinto Medeiros¹

Francisca Ferreira Michelin²

Resumo: Este trabalho analisa o acervo fotográfico do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, formado por fotografias de diferentes fotógrafos do País e dos países que fazem fronteira com o Estado do Rio Grande do Sul. Essas fotografias apresentam formas de atuação (sócio-política-cultural) nas mais diversificadas esferas da sociedade (estado, governo, polícia, cidadãos, etc.). As fotografias fazem parte da subsérie 05.1 Trabalhos Premiados, que está inserida na série 05 Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, que por sua vez, faz parte do Fundo Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH). Assim, a análise tem por objetivo a recuperação da informação presente nas imagens, sem deixar de considerar a recuperação baseada no conteúdo. A pesquisa pauta-se nas relações entre fotografia e memória e objetiva encontrar nas técnicas de tratamento da imagem fotográfica as possibilidades para aperfeiçoar o acesso e promover a acessibilidade às fotografias de produção jornalística com o foco em direitos humanos.

Palavras-chave: Memória. Fotografia. Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo. Arquivo.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar os principais temas até então levantados para fundamentar o desenvolvimento do trabalho de pesquisa em desenvolvimento no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pretende-se, também, analisar parcialmente as fotografias presentes no acervo que conforma o objeto de pesquisa no que diz respeito à memória coletiva. O tema principal a ser trabalhado está submetido a questões que relacionam fotografia e memória. Cabe então, uma pequena delimitação do contexto em que está inserido o tema e o objeto de pesquisa (o tratamento da informação das fotografias do referido acervo), assim como as subdivisões dos temas mais abrangentes (fotografia, memória, fotojornalismo e arquivos).

Sendo assim, é dentro de um contexto de lutas e de não violação aos direitos humanos do período final do regime militar que foi criado o Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, em 1984, em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). roberta.pinto.m@gmail.com

² Orientadora e professora adjunta da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), atuando no Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel. fmichelon.ufpel@gmail.com

seccional do Rio Grande do Sul e a Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Estado (ARFOC/RS). Com o passar dos anos a premiação passou a ganhar maior importância, tanto para os próprios jornalistas como para a mídia. Em dezembro do corrente ano, o Prêmio completará 29 anos de existência. No dia da solenidade, que geralmente acontece no dia da Declaração Universal dos Direitos do Homem, são premiadas as mais diferentes matérias por reconhecimento do seu conteúdo apresentado. Assim, o Prêmio tem por função, além de outras, incentivar a denúncia contra a liberdade de expressão, impedindo que o passado de repressão e censura se repita nos dias atuais. Conforme Carneiro (2002):

Temiam-se os homens de vasta cultura. Professores e estudantes de Ciências Humanas e Ciências Políticas incomodavam. Temiam-se as críticas ao regime, as denúncias de torturas, as passeatas estudantis, o humor dos caricaturistas, as peças de teatro. Temiam-se os homens com passado de militância política, razão pela qual o regime militar instituiu os corriqueiros atestados de antecedentes políticos. Milhares destes requerimentos, obrigatórios a todo cidadão, acumularam-se junto aos dossiês policiais. O DEOPS transformou seus "arquivos gerais" numa importante arma contra a resistência ao regime militar: o passado contava muito... Aliás, tudo contava, até a posse de um único livro. Regredimos aos tempos medievais. (CARNEIRO, 2002, p. 165).

Diante disso, o Prêmio visa prestigiar as matérias jornalísticas mais relevantes em torno da defesa da dignidade humana, ao mesmo tempo em que estimula o trabalho dos profissionais do jornalismo na denúncia das violações e na vigilância ao respeito aos Direitos Humanos. Mesmo que a premiação não tenha nenhum valor financeiro para o premiado, ano após ano, o número de inscritos e participantes do evento cresce. Por se tratar de um Prêmio que visa especificamente a acontecimentos ou fatos marcantes que ocorreram ou ocorrem na sociedade, ao mesmo tempo, o Prêmio trabalha com a questão da memória e do tempo. Duas ferramentas que auxiliam qualquer sujeito na rememoração de acontecimentos, geralmente, estão ligadas a fatos marcantes, o que não deixa de ser o caso das fotografias do Prêmio.

Desde que temos notícia de Mnemosyne, mãe das musas, assim relacionada à função poética e irmã de Chronos, estamos frente à questão da memória e do tempo. Eis o primeiro véu que se descortina acerca da memória, na Grécia Antiga, onde a função de rememoração tinha a conotação de um acesso à verdade [...] (FARIAS, 2008, p. 01-02)

O Prêmio é entregue para repórteres de jornal, rádio e televisão, assim como fotógrafos e chargistas que se destacaram nos doze meses precedentes. São escolhidos os três melhores trabalhos sobre o tema – Direitos Humanos – nas categorias: reportagem, fotografia, charge, rádio, televisão, imagem em televisão, crônica, jornalismo on-line, acadêmico e premiação/reportagem especial, que tem como foco uma personalidade ou acontecimento de relevância no determinado ano, como por exemplo, já tiveram destaque as seguintes premiações: Meio Ambiente, Vida e Obra de Leonel Brizola, Violência no Campo e Trabalho Escravo. Sendo objeto de estudo deste trabalho apenas as fotografias premiadas.

1 MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E FOTOGRAFIA

A relação que a fotografia e a memória possuem é discutida entre alguns autores que trabalham com esse tema. Alguns trabalham com a ideia de que a imagem evoca o passado e outros discordam ou delimitam outra linha, ou seja, que a imagem fotográfica faz com que a memória seja ativada ao fazer com que fatos, acontecimentos, sentimentos, sejam rememorados através da imagem. A maneira como o espectador da fotografia visualiza a imagem trará como resultado lembranças e sentimentos diferentes, podendo ser, muitas vezes, confundido com a evocação do passado. E no caso do jornalismo, de fato o espectador não vive a experiência da foto, mas vai ter uma memória do evento baseada nas imagens vistas. Dessa forma, empregando um adjetivo metafórico, “a fotografia seria, assim, um dispositivo munido de poder misterioso e divino de ressuscitar simbolicamente os mortos, de autorizar a volta dos corpos da morte para a vida [...]” (ROUILLÉ, 2009, p. 211).

A conceituação da memória advém desde os tempos da antiguidade, quando para Platão, a memória tinha o significado do conhecimento e estava ligada à função divina, enquanto para Aristóteles, filósofo considerado mais racional que Platão, acreditava que a memória era a parte sensível da alma, já a reminiscência (memória) era a parte mais intelectual do sujeito. Outro pensador da “memória”, Sigmund Freud, defendia a ideia de que apenas lembramos quando há um trauma e ou uma associação com um fato, o que ele chamou esse fenômeno de “a posteriori” (Farias, 2008). Essas três ideias têm em comum dois objetos: o estudo da memória e como é feito o ato de rememorar. Desde os tempos mais antigos a associação entre memória, tempo e o fazer rememorar estão

interligados. Como foi dito anteriormente, os gregos acreditavam que a memória estava diretamente ligada ao tempo e com o passar dos anos, valorizava-se a reminiscência, além de afirmarem que a memória podia ser igualada ao conhecimento. É nesse momento, no ato de lembrar, que muitas vezes a fotografia auxilia esse fazer, tanto do conhecimento quanto dos fatos.

Segundo Michel (2010), a memória caminha lado a lado com o esquecimento. O autor trabalha com alguns "tipos" de esquecimento que ocorrem nos diferentes graus da sociedade, desde o sujeito (individual) até o coletivo. O primeiro tipo de esquecimento abordado é o esquecimento-omissão, o qual a memória dos indivíduos não deixa de ser seletiva por natureza, e "o que é válido para a memória individual o é igualmente para a memória coletiva." O segundo é o esquecimento-negação, que segundo o autor, de forma involuntária o esquecimento é a expressão patológica da memória, de certa forma uma anti-memória pelos efeitos e não pelas intenções, ou seja, o esquecimento acontece devido a uma doença neurológica ou por um acidente que causou uma doença neurológica, afetando dessa maneira a memória do indivíduo.

O terceiro é o esquecimento-manipulação (esquecimento-direcionamento), o qual a memória é manipulada, elaborada e transmitida de forma oficial para o público com a intuição de ser esquecida ao longo do tempo pelo coletivo. Por fim, o esquecimento-destruição que é mais radical que o último esquecimento, pois seu objetivo principal é negar a realidade passada, nem que para isso seja necessário mudar e inventar fatos históricos. Neste trabalho, pode-se eleger um dos tipos de esquecimentos abordados por Michel (2010), que seria o esquecimento-manipulação, no qual uma pequena parcela de sujeitos tem a intenção de fazer com que determinados fatos sejam esquecidos. Nesse sentido, o Prêmio atua justamente para que ocorra o contrário, ou seja, que o passado não se repita e muito menos que seja esquecido.

Portanto, não considerar a fotografia como um objeto de lembrança é quase impossível, pois as pessoas quase sempre fazem uso da imagem para lembrar-se de fatos marcantes ou não. Ou seja, a fotografia não deixa de estar associada a fatos e acontecimentos e acaba ajudando o sujeito a lembrar de que aquele momento realmente aconteceu. Sob esse aspecto, acaba funcionando na condição de uma prova. Talvez seja esse um dos motivos das pessoas fazerem fotos: sabendo que a memória não possui a capacidade de guardar tudo, o que faz com que alguns fatos sejam esquecidos ao longo e com o passar dos anos, emprega-se um processo que gera um recurso que ajuda a fixar

acontecimentos e momentos da vida. Sendo assim, pode-se inferir que, segundo Rouillé (2009):

[...] a imagem fotográfica torna-se, de certa maneira, a encarnação de uma memória voluntária, a que vai de um presente atual a um presente que "foi", que opera no presente vivo da ação, que tenta recompor o passado por meio da sucessão desses presentes suspensos, fixos, paralisados, entorpecidos, etc. que são os instantâneos. (ROUILLÉ, 2009, p. 221)

A história da fotografia é abordada de diferentes maneiras e por diferentes autores, no entanto, na sua origem registra-se que "[...] a fotografia surgiu e se estabeleceu como uma forma eficaz de reproduzir o mundo visível com extrema fidelidade" (CHIODETTO, 2006, p. 25). Conforme Andrade (2004):

A fotografia nasce do anseio por uma representação mecânica, supostamente mais objetiva, da realidade visual. Suas origens no ambiente positivista da Europa do século XIX, onde atuaram quase todos os seus precursores, que utilizavam a *câmara obscura* e a *câmara lúcida* para copiar o que viam, tem sido intensamente pesquisadas e discutidas em décadas recentes. (ANDRADE, 2004, p. 01, grifo do autor)

Cabe reconhecer que a técnica de fotografar envolve ferramentas específicas, assim como maneiras de enquadrar o objeto. No procedimento, percebe-se que essas escolhas resultam do que, realmente, o fotógrafo deseja "mostrar" ao espectador da foto. Mesmo havendo a intenção do fotógrafo, a imagem é por si, interpretável pelo espectador da foto, oportunizando que ocorra uma leitura que não era esperada quando o fotógrafo registrou a imagem.

A fotografia tem sido aceita e utilizada como prova definitiva, 'testemunho da verdade' do fato ou dos fatos (KOSSOY, 1993, p. 13). Essa qualificação que a fotografia ganhou com o passar dos anos evidencia-se no uso que foi feito desse material. Hoje, a imagem serve como um testemunho ocular nas mais diversas áreas profissionais, inclusive nas áreas da ciência da saúde. Assim como a fotografia serve de artefato de prova, a mesma também contribui para a rememoração de fatos, não apenas para evidenciar que algo aconteceu, mas para fazer, muitas vezes, com que as pessoas recordem situações que aconteceram no passado, ou seja, não deixa que aquilo se apague no esquecimento.

Sendo assim, já que a fotografia auxilia a memória nos momentos de esquecimento, como visto anteriormente, é necessário que se fale mais sobre a memória

e que a mesma esteja presente neste trabalho. Conforme Candau (2011, p. 23) “a memória propriamente dita ou de alto nível, que é essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento [...], pode beneficiar-se de extensões artificiais que derivam do fenômeno geral de expansão da memória”, não deixa de estar ligada ao tempo ou, de acordo com Laroche (2008, p. 01, tradução própria) “o tempo liga-se a memória na descrição dos processos de percepção, de codificação, de consolidação, de recordar e de esquecer [...]”. Portanto, as fotografias do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo a serem analisadas, são imagens que não deixam de evocar alguma recordação, principalmente, o objetivo pelo qual o mesmo foi criado.

Mas a memória pensada em sua chave política, jurídica e moral não pode ocultar o fato de que ela é também memória antropológica. Nunca é demais insistir no fato de que a luta pela justiça se dá em diferentes níveis, todos distintos e ao mesmo tempo determinantes entre si: o da memória e história da sociedade, o da memória de sociais e o da memória dos familiares. (SELIGMANN-SILVA, 2006, p. 06)

Sendo assim, a imagem pode estar associada à sensação (Bergson, s/d), ou seja, “a imagem é um estado presente, e só pode participar do passado através da lembrança da qual saiu” (BERGSON, s/d, p. 115). Portanto, é necessário haver uma percepção (sensação) para que haja uma lembrança, uma sem a outra deixam de existir.

Esse afloramento do passado combina-se com o processo corporal e presente da percepção: “Aos dados imediatos e presentes dos nossos sentidos nós misturamos milhares de pormenores da nossa experiência passada. Quase sempre essas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais retemos então apenas algumas indicações, meros ‘signos’ destinados a evocar antigas imagens” (BOSI, 1987, p. 09)

A autora Ecléa Bosi traduziu exatamente o que as fotografias do Prêmio tentam passar ao público expectador de que aquilo existe ou existiu. Mas de certa forma, as imagens não querem rememorar apenas um passado obscuro ou uma sensação de vingança porvir. Pelo contrário, as fotografias querem que a sensação seja de uma luta pela verdade e pela dignidade das pessoas.

2 FOTOJORNALISMO: Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo

Após essa contextualização da memória e a fotografia, é necessário fazer uma relação com o fotojornalismo, que está presente no trabalho desenvolvido no mestrado.

Sendo assim, como conceito inicial sobre jornalismo é preciso retomar o seu início, ou seja, a imprensa, que de um modo geral, pode ser entendida como a designação coletiva dos veículos de comunicação que tem como função a divulgação da comunicação informativa.

O termo *imprensa* deriva do objeto que lhe deu o nome: a prensa móvel, que foi uma máquina gráfica criada por Johannes Gutenberg no século XV e que, a partir do século XVIII, foi utilizada para a impressão de jornais. No Brasil, o surgimento da imprensa ocorre com a vinda da família real portuguesa em 1808. Nesse momento surgem os dois primeiros jornais brasileiros: o *Correio Braziliense*, editado e impresso em Londres pelo exilado Hipólito José da Costa; e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicação oficial editada pela Imprensa Régia, que foi instalada no Rio de Janeiro com a transferência da Corte portuguesa.

O jornalismo brasileiro trabalhou e trabalha ao longo de sua existência com as notícias, com os fatos e com a divulgação da informação. Sendo um dos principais objetivos do jornalista a divulgação e comunicação da informação que lhe coube, além de editar e publicar. Conforme Barbosa (2005):

Para a teoria da história é fundamental o que aconteceu, como aconteceu e, sobretudo, por que aconteceu. Pensar historicamente pressupõe contextualizar os espaços sociais numa cadeia de fatos, eventos, ocorrências, costumes, instituições que se conformam como um fluxo (antes e depois). (BARBOSA, 2005, p. 56)

Ao longo da história sempre se soube do grande poder de influência que os jornais e a mídia em geral têm sobre a população, especificamente por deterem a informação e o modo como ela pode ser manipulada e divulgada, favorecendo aquilo que melhor convém a quem está no poder. Isso é comum, não só da profissão jornalista, pois tal fato pode ser visto hoje, por exemplo, nas redes sociais. Assim sendo, o texto jornalístico trabalha com fatos, como Barbosa (2005) relata:

Comentando os fatos passados, o jornalismo retém esses mesmos fatos no presente, ainda que seja fundamental acrescentar nos textos do mundo contado marcas que distinguem a verdade da ficção: os documentos, por exemplo. O texto jornalístico, portanto, é uma narrativa que recupera um tempo vivenciado por um outrem, narrado por um locutor, que instaura o tempo das coisas contadas. (BARBOSA, 2005, p. 54)

Durante o regime militar essa “narrativa de recuperar o tempo” realizada pelos jornalistas ou qualquer outro veículo de informação, conforme a autora fala, não possuía um campo de atuação amplo e sim era marcado pela censura e pela falta de liberdade da imprensa. Sendo esse um dos principais motivos da criação do Prêmio, justamente para que essa falta de expressão e de liberdade não se repita, por isso a sua forte relação com movimentos sociais, já que o Prêmio acontece ano após ano por motivação de um movimento social, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Como bem exemplifica Claudino (2012):

As implicações mais evidentes desse tipo de ação apontam para a emergência de uma série de tensionamentos políticos de toda ordem, de uma forma tal, e com tamanha intensidade, que a dimensão social se apresenta cada vez mais como um espaço que está permanentemente ameaçado por todo tipo de questionamento do status político, social e econômico. (CLAUDINO, 2012, p. 24)

Logo, a imprensa faz da situação momentânea e do que está ocorrendo na sociedade sua “arma” fundamental para conquistar o gosto do público. Assim, segundo Barbosa (2005):

A profissionalização se deu exatamente pelo vínculo estreito com a sociedade política em regimes de completa falta de liberdade de imprensa. A rigor, o que possibilitou o desenvolvimento profissional do jornalismo no país foi a construção de seu papel como o único intermediário possível entre o público e o poder público, construindo-se simbolicamente como o elo de ligação indispensável entre a fala de um público, sem voz, e a sociedade política. (BARBOSA, 2005, p. 56)

Como parte da divulgação da imprensa, além do jornal impresso, imagens de TV e rádio, há as imagens ou fotografias, chamadas de fotojornalismo por estarem, quase sempre, ligadas a uma notícia ou evento da sociedade, ou que podem mesmo “gerar reportagens jornalísticas em que o texto permaneça em segundo plano” (Andrade, 2004, XIII). O mesmo é afirmado por Bodstein (2006):

O fotojornalismo, como condição de sua sustentabilidade, estagnou-se em monismo referencial – suposto código de universalidade que soou suficiente para manter os pressupostos de sua suposta certidão cultural. Tal código é tomado como a forma com que os meios impressos diários agregam incontáveis imagens de assustadora semelhança expressiva sobre um mesmo fato. (BODSTEIN, 2006, p. 100)

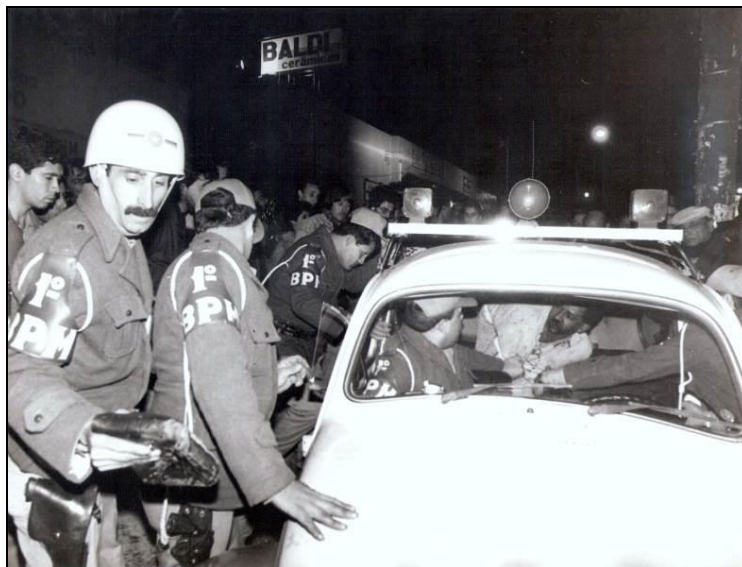
Sendo assim, as imagens (fotografias) a serem trabalhadas na pesquisa, podem ser consideradas como fotos jornalísticas, pois estão ligadas aos meios impressos diários, além de agregarem imagens chocantes e expressivas para a sociedade. Um dos exemplos dessas fotografias do Prêmio pode ser atestado na série de fotos vencedoras da edição de 1987. Na ocasião, o repórter fotográfico Ronaldo Bernardi foi premiado pela sequência de imagens intitulada "*O caso do homem errado*", na qual o cidadão Julio Cezar, preso acusado de assalto, foi espancado e morto por policiais militares durante uma ação em Porto Alegre. O ocorrido, que teve notoriedade na imprensa, repercutiu principalmente porque Julio Cezar foi preso por engano, confundido com assaltantes.

A sequência de fotografias (Figuras 1 e 2) mostra o acusado, ainda vivo, entrando numa viatura policial. Entretanto, contrariando a versão da Brigada Militar, que afirmava Julio Cezar ter morrido em conflito, as últimas fotos captadas por Bernardi mostram que ele foi morto depois de ter sido preso (Figura 4). O fotógrafo foi premiado e seu trabalho ganhou notoriedade nacional, o que lhe rendeu ainda os Prêmios Esso e Vladimir Herzog.

Sendo assim, o exemplo de uma premiação caracteriza o fato de que as imagens são capazes de promover a notícia e, como documentos, podem mostrar os acontecimentos que marcaram e marcam épocas, além de serem, segundo Ribeiro (2008):

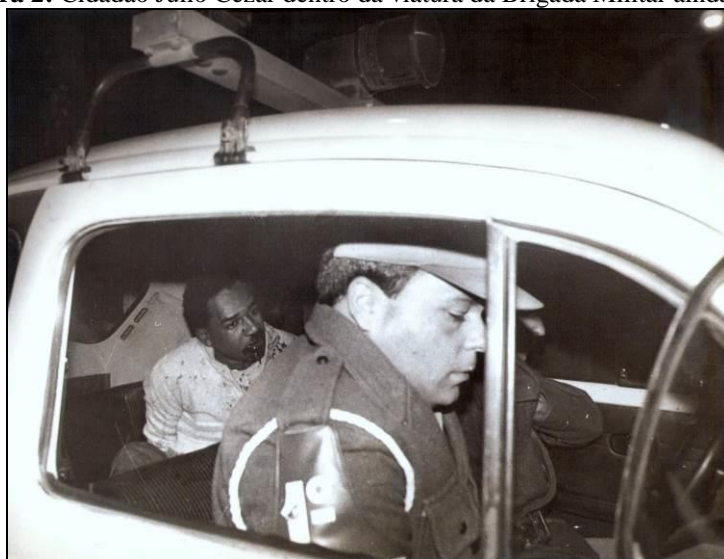
[...] passível de duplicação infinita, a imagem resguarda, se for o caso, a matriz original, por meio da capacidade de armazenamento propiciada pelo surgimento de técnicas e instrumentos que tornam seus suportes mais resistentes. Após o surgimento dos atuais sistemas de recuperação e disseminação da informação, as formas de tratamento técnico dos documentos textuais se estenderam aos documentos imagéticos. (RIBEIRO, 2008, p. 59-60)

Figura 1: Cidadão Julio Cezar dentro da viatura da Brigada Militar ainda vivo.



Fonte: Ronaldo Bernardi. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1987.

Figura 2: Cidadão Julio Cezar dentro da viatura da Brigada Militar ainda vivo.



Fonte: Ronaldo Bernardi. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1987.

Figura 3: Cidadão Julio Cezar morto no Instituto Médico Legal.



Fonte: Ronaldo Bernardi. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1987.

Portanto, as fotografias presentes nesse acervo possuem um valor histórico e cultural para a sociedade, já que refletem o ambiente em que foram registradas. Além do mais, podem ser caracterizadas como documentos de arquivo, quando se faz a relação com outros documentos, já que muitas estão vinculadas a reportagens. Sendo assim, segundo Ribeiro, Trentin e Pozenato (1998, p. 177) “uma fotografia documento deve ultrapassar o registro de um evento ou objeto e propor um enunciado ou articular informações claras sobre determinado assunto e sua situação. Entretanto, a fotografia, por si só, não é pesquisa. Ela cumpre uma etapa do processo.”

2.1 A Fotografia como documento de Arquivo: um estudo de caso

A relação do Prêmio com a Arquivologia diz respeito à questão da forma como ele realiza o fazer de não esquecimento da memória do jornalismo de denúncia do período final da ditadura civil-militar e pós-ditadura. Os documentos que constituem o acervo configuram-se como fontes que necessitam estar preservadas e acessíveis à comunidade. Além disso, o Prêmio resgata o que restou do legado que o regime repressivo deixou para o país e para a própria imprensa, embora já passados 29 anos do fim da ditadura civil-militar no país. Assim, os arquivos atuam e demandam atividades que vão desde a restauração, recuperação e encadernação de documentos; microfilmagem; classificação, avaliação e descrição de acervos; a elaboração de

instrumentos de pesquisa; estudos históricos; além de atendimento aos usuários. Tais atividades podem ser realizadas em qualquer arquivo, público ou privado.

Portanto, o projeto de mestrado a ser desenvolvido no MJDH compreende, além da análise das fotografias, a elaboração de um instrumento de pesquisa dessas fotografias que fazem parte da Série Documental Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, que compreende o período de 1984 a 2012. Portanto, o trabalho será realizado em um arquivo permanente, num fundo aberto, ou seja, que continuará a receber documentação, já que o Prêmio acontece todos os anos.

A ideia da fotografia como descrição e manifestação da mesma coisa é a base da fotografia como um tipo de interpretação da realidade. Além de serem registros visuais de assuntos ou temas, as fotografias são também efeitos visuais daquilo que representam. A fotografia tem sempre essa ambivalência, uma vez que, por definição, é uma linguagem icônica. [...] Um dos modos é garantir que o registro, na fotografia documental para a pesquisa de elementos da cultura, seja feito com a objetividade possível, para que possa transformar-se em documento, em objeto de investigação, ou ser instrumento de coleta de dados. (RIBEIRO, TRENTIN e POZENATO, 1998, p. 177)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, ao se fazer um estudo tanto histórico quanto de pesquisa, desde a criação do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo em 1984 até o ano de 2012, e observando suas mudanças, como quais os acréscimos que ocorreram devido às atualizações e modernizações das mídias e do acesso à informação, é que se partirá para a elaboração do instrumento de pesquisa para a disponibilização e preservação desse material fotográfico, pois da difusão desse acervo pode-se obter uma contribuição historiográfica através da leitura das imagens.

A partir desse contexto, o que realmente faz de um arquivo um centro do conhecimento é o que ele guarda nas suas estantes e na sua própria "memória". E para que esse conhecimento esteja ao alcance de todos, ele tem que estar organizado, preservado e, principalmente, divulgado, pois não basta ter a informação armazenada ordenadamente dentro de um arquivo ou biblioteca e o usuário não saber como chegar até ela (informação).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. **História da fotorreportagem no Brasil: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BARBOSA, Marialva. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. In: **Contracampo: revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação**. Rio de Janeiro: Niterói, v. 12, 2005, p. 51 – 61.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, s/d.
- BODSTEIN, Celso Luiz Figueiredo. **Fotojornalismo e a ficcionalidade no cotidiano**. 2006. 260 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000388231>>. [Acesso 12 junho 2013]
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de velhos**. São Paulo: T. A Queiroz Editor, 1987.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas**. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP; Fapesp, 2002.
- CHIODETTO, Eder. **Fotojornalismo: realidades construídas e ficções documentais**. 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-05072009-232727/pt-br.php>>. [Acesso 12 junho 2013]
- CLAUDINO, Walfrido Cabral. **Fotografia e movimentos sociais: políticas de visibilidade contemporânea**. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000172400>>. [Acesso 12 junho 2013]
- FARIAS, Francisco R. Pensando a memória social a partir da noção de “a posteriori” de Sigmund Freud. **Morpheus**. Revista Eletrônica em Ciências Humanas, ano 8, número 13, 2008.
- KOSSOY, Boris. Estética, Memória e Ideologia Fotográficas: decifrando a realidade interior das imagens do passado. **Revista Acervo**. v. 6.n. 1-2. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993. p. 13-24.
- LAROCHE, Serge. De mémoire de neurone. **La revue pour l’histoire du CNRS** [En ligne], 21|2008, mis en ligne le 03 juillet 2010, consulté le 31 janvier 2013. URL: <http://histoire-cnrs.revues.org/7333>. [Acesso 10 maio 2013]
- MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.3, ago.-nov. 2010. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/site/revista/edicao-03/>. [Acesso 20 maio 2013]
- MJDH, Movimento de Justiça e Direitos Humanos. **Relatório Anual 1984**. Porto Alegre, RS: 1984. Mimeografado. 7 f.
- RICOEUR, Paul. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RIBEIRO, Leila Beatriz. Patrimônio visual: as imagens como artefatos culturais. In: DODEBEI, Vera et al. **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008. p. 59-71.
- RIBEIRO, Cleodes Maria P. J.; TRENTIN, Ary Nicodemos; POZENATO, José Clemente. A mudança do olhar: a fotografia como instrumento de resgate da memória

cultural. In: **Fotografia**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: IPHAN, n.º 27, 1998. p. 173-179.

ROUILLÉ, André. **A fotografia entre documento e arte contemporânea**. São Paulo: Editora Senac, 2009.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Anistia e (in)justiça no Brasil: o dever de justiça e a impunidade. Literatura e Autoritarismo. **Memórias da Repressão**, n. 9, 2006.